Quarta-feira, 29 de junho de 1988 M J \ O GLOBO

J^Cx
0 PAIS • 5

Terras com maconha serão confisca

BRASÍLIA — A partir da promul-
gação da nova Constituição, todas as
terras onde forem encontradas plan-
tações de maconha ou de outros pro-
dutos psicotrópicos ilegais serão con-
fiscadas e os proprietários não te-
rão direito a qualquer indenização.
Ontem, os constituintes aprovaram
emenda do Deputado Valmir Cam-
pello (PFL-DF), incluída no texto das
Disposições Transitórias, determi-
nando que as terras confiscadas se-
jam destinadas ao plantio de produ-
tos alimentícios e medicamentosos.

Além de não receber indenização
pelas terras, usadas para aquele fim,
os proprietários ficarão sujeitos a
outras sanções previstas em lei e
perderão todos os bens adquiridos
com rendimentos provenientes do
tráfico de drogas. Estes bens reverte-
rão em benefício de instituições es-
pecializadas na recuperação e no tra-
tamento de viciados.

Telefoto de Gustavo Miranda

Pernambuco: líder mundial na produção

Plenário se mobiliza para votar emenda que pune plantador de maconha

Plenário cria comissão do Centenário da República
BRASÍLIA — A Constituinte in-
cluiu ontem nas Disposições Transi-
tórias uma comissão que organizará
as comemorações dos cem anos de
República no País, que serão comple-
tados em 15 de novembro do próxi-
mo ano, data da eleição presidencial/
Aprovou também emenda que obriga
as gráficas estatais da União, dos Es-
tados e dos Municípios a editarem a
futura Constituição e distribuí-la
gratuitamente a escolas, igrejas, sin-
dicatos, quartéis, cartórios e outras
instituições.

Estas foram as únicas emendas
aprovadas nas duas horas e meia fi-
nais da sessão de ontem. Quatro vo-
tadas foram rejeitadas pelo plenário.

O destaque para votação da emenda
que criou a comissão do centenário
republicano foi apresentado pelo
Presidente do PFL, Senador Marco
Maciel (PE). Seu autor era o Deputa-
do Ezio Ferreira (PFL-AM) e todos
os partidos a apoiaram: 312 votos
contra 24 e dez abstenções.
A comissão terá nove membros:
três do Poder Legislativo e número
igual dos Poderes Executivo e Judi-
ciário. Ela organizará as comemora-
ções do centenário da Proclamação
da República e da promulgação da
primeira Constituição republicana
do País.

O Deputado Sólon Borges dos Reis
(PTB-SP) foi o autor da emenda das

gráficas, também apoiada por todos
os partidos e aprovada pelo mesmo
número de votos da emenda da co-
missão.

O Presidente da Constituinte,
Ulysses Guimarães, disse que ontem
a Assembleia teve "rendimento pro-
missor". Ele encerrou a sessão às
20hl5m para que as lideranças con-
cluíssem negociações para as vota-
ções polémicas de hoje: a anistia dos
débitos de pequenos e micros empre-
sários e produtores rurais, durante o
Plano Cruzado; o plebiscito sobre a
desfusão no Estado do Rio; as estabi-
lidades de servidores públicos; ou a
autorização para funcionamento de
cassinos.

OEstado de Pernambuco é o

maior produtor de maconha
do mundo. O titulo foi conferido
pela Drug Enforcement Adminis-
tration (DEA), um órgão norte-a-
mericano de combate aos entorpe-
centes, q*ue participou como
observador da maior operação de
erradicação da droga já realizada
pela Polícia Federal no Estado, em
agosto do ano passado.
Nos vales do Rio São Francisco e
do Pajeú, na fronteira de Pernam-
buco com a Bahia, já foram des-
truídas 376 plantações de maconha
— o equivalente a' 150 milhões de
pés. O município de Floresta é o
recordista, pois teve 250 plantações
destruídas daquele total, e com um
agravante: a maconha fora semea-
da com o financiamento de bancos
oficiais, que liberaram o dinheiro
para outras culturas.
Floresta também foi palco do es-
cândalo da mandioca, no final da
década de setenta. Alguns produto-
res locais usaram financiamentos
do Banco do Brasil para plantar
maconha e, no desenrolar das in-
vestigações, foi assassinado o Pro-
curador Pedro Jorge.
Ainda no ano passado, a Polícia
Federal destruiu no Amazonas 150
plantações — ou cinco milhões e
330 mil pés — de epadu, uma droga
semelhante à cocaína. Foi a Opera-
ção Marubu, que em julho concen-
trou, durante mais de quinze dias,
cerca de 50 homens da Polícia Fe-
deral, do Exército e da Aeronáuti-
ca numa região inóspita e de difí-
cil acesso, às margens dos rios
Papuri e Walapés, na área denomi-

PERNAMBUCO

Maconha I

Amazonas e Pernambuco: a Polícia já destruiu 776 plantações

nada Cabeça do Cachorro. Foram
destruídos vários laboratórios que
refinavam o epadu.
Durante a Operação Marubu, a
Polícia Federal obteve indícios da
participação de guerrilheiros do M-
19, da Colômbia, no plantio da co-

ca, reforçando a tese da ligação en-
tre o grupo terrorista e o tráfico
clandestino de drogas. Segundo a
tese da Polícia Federal, os guerri-
lheiros dariam proteção aos trafi-
cantes, em troca de recursos para a
compra de armas.

Anistia vai a plenário sem acord

BRASÍLIA — A anistia aos mi-
croempresários e pequenos produto-
res rurais deverá ser votada na ses-
são-de hoje da Constituinte. Até o
início da noite de ontem, as Lideran-
ças- partidárias não tinham chegado
la um acordo, mas confiavam em que
'chegariam a um texto de consenso.

' O Líder do Governo na Câmara,
Deputado Carlos SanfAnna (PMDB-
'J3A), afirmou que pode aceitar a
•anistia aos microempresários e pe-
quenos produtores rurais. No entan-
ito, para os pequenos empresários e
taédios produtores rurais, o máximo
?que'ele aceita discutir é a redução da
'correção monetária em 50 por cento.
:Disse que, com o assessoramento de
técnicos da Fazenda, acompanhará
as negociações.

Em sua opinião, os Constituintes
já começaram a demonstrar preocu-
pação com o comprometimento das
'. verbas do Tesouro Nacional.
' — Tanto é assim que a proposta
inicial envolvia recursos da ordem

de CZ$ 1 trilhão. Agora já existem

SanfAnna acompanha negociações

propostas que chegam a CZ$ 200 bi-
lhões — comentou SanfAnna.
Por sua vez, o Deputado Humberto
Souto (PFL-MG), ao lado do Senador
Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e do

Deputado Ziza Valadares (PSDB-
MG), não queria discutir apenas a
questão da distinção entre micro e
pequenos empresários. Ele quer de-
bater a totalidade do mérito de sua
proposta. Ziza Valadares aceita a di-
ferenciação, mas não abre mão do
prazo que a sua emenda sugeria — a
anistia da correção monetária deve
ria incidir sobre os contratos firma-
dos entre 28 de fevereiro de 1986 e 31
de dezembro de 1987.

Entre as propostas a serem discu-
tidas está uma do Senador Marcon-
des Gadelha (PFL-PB), Líder do Go-
verno no Senado, prevendo o
pagamento do principal e dos juros
da dívida dos microempresários e
dos pequenos produtores rurais, con-
gelando o valor da correção monetá-
ria nos valores atuais. O pagamen-
to seria feito no prazo de seis meses
a um ano. Pelos cálculos do Senador,
considerando uma inflação de 400
por cento ao ano, e exemplificando
com uma dívida de CZ$ 1 milhão, o
devedor pagaria CZ$ 100 mil de
amortização do principal, mais CZ$

80 mil de juros. Seriam congelados
CZ$ 820 mil (CZ$ 1 milhão - CZ$ 180
mil - CZ$ 820 mil) para serem pagos
no prazo de 12 meses.
Enquanto isso, com apoio do De-
putado Guilherme Afif Domingos
(PL-SP), o Deputado Gilson de Bar-
ros apresentava uma emenda estabe-
lecendo novos prazos para a conces-
são da anistia, atendendo aos
contratos firmados de 28 de fevereiro
a 31 de dezembro de 1986 — reduzin-
do em um ano o período compreendi-
do na proposta original. Além disso,
prevê que a anistia só será dada aos
que pagarem suas dívidas até 90 dias
contados a partir da data da promul-
gação do privilégio. A emenda deter-
mina ainda que o Tesouro Nacional
não poderá arcar com o ónus decor-
rente da anistia, quando as opera-
ções tiverem sido realizadas por ins-
tituições financeiras com recursos
próprios.
Afif Domingos afirmou que esta
proposta tinha o apoio do Ministério
da Fazenda e dos próprios bancos
privados.

Governo acredita na mudança do tex
BRASÍLIA — O Governo conta co-
mo certa a aprovação de pelo menos
duas propostas apresentadas pelas
suas lideranças às emendas de anis-
tia da correção monetária a peque-
nos e médios empresários urbanos e
agrícolas: a limitação em 50 milhões
de OTNs (CZ$ 66,8 bilhões) do benefí-
cio e a redução de 180 para 90 dias do
prazo limite para a quitação dos dé-
bitos.

Com a aprovação do limite de 50
milhões de OTNs, a anistia para ca-
da empresário seria calculada atra-
vés do rateio do dinheiro. O Governo
quer ainda que pequenos agricul-
tores tenham preferência sobre os
médios e microempresários sobre os
pequenos.

Segundo uma fonte do Ministério
da Fazenda, caso a proposta seja vo-
tada em sua forma original, a única
alternativa será cortar despesas, até
mesmo de pessoal. Ontem, por exem-

Criação do Estado do Triângulo
é rejeitada por 252 votos a 122

Pressão garante derrota da emenda

pio, o Ministro da Fazenda, Mailson
da Nóbrega, mandou retirar da pau-
ta do Conselho Monetário Nacional
(CMN) até que haja uma definição
da Constituinte, os votos ligados à
área rural, com exceção do plano da
safra da lavoura cafeeira.

A intenção é cortar na mesma pro-
porção as linhas de crédito que se-
riam oferecidas à área agrícola, até o
limite do prejuízo. A justificativa é
de que a União é quem terá que ban-
car a maior parte da anistia, uma
vez que 80 por cento dos créditos
agrícolas são do Banco do Brasil.

Ficarão suspensos a definição dos
Valores Básicos de Custeio (VBCS) e
o crédito de custeio para a safra
88/89, as previsões de recursos para
o pró-agro e as modificações no Ma-
nual de Crédito Rural — o chamado
MCR 18 — que o Banco Central dis-
tribui às instituições financeiras que
operam com o crédito rural.

r

BRASÍLIA — A Constituinte

rejeitou ontem a criação do Es-
tado do Triângulo, por 122 votos
favoráveis, 252 contrários e 46
abstenções. A manutenção da
unidade de Minas Gerais foi de-

fendida pelo Senador Afonso
Arinos (PSDB-RJ), em discurso
emocionado, como indispensável
ao equilíbrio político da federa-
rão.

Foi igualmente rejeitada a
emenda que anexava a Sergipe
parte da Bahia, e criada a Co-
missão de Estudos Territoriais,
•que terá um ano para submeter
ao Congresso proposta global de
;redivisão do território nacional.
Último orador a se pronunciar
sobre a emenda, Arinos explo-
rou o fato de que a criação do
í Estado do Triângulo fora defen-
dida por parlamentares de ou-
tros Estados — o Deputado Vic-
|tor Facioni (PDS-RS), que
• ressaltou a demonstração de es-
pírito democrático contida na
* realização de plebiscito para que
lo povo mineiro decidisse o as-

sunto; e o Senador Wilson Bar-
bosa Martins (PMDB-MS), que
lembrou, como exemplo positi-
vo, a divisão de Mato Grosso.
Mineiro de nascimento, embo-
ra sua carreira política tenha si-
do feita no Rio de Janeiro, Ari-
nos fez um histórico das

diversas tentativas separatistas
que, no último século, foram fei-
tas em Minas. Concluiu que to-
das malograram porque prevale-
ceu o reconhecimento do papel
que o Estado tem desempenha-
do, de "fiel da balança no Brasil,
responsável pela manutenção do
equilíbrio entre os interesses po-
líticos do Norte e do Sul".

A criação da Comissão de Es-
tudos Territoriais foi aprovada
através de acordo, e obteve 307
votos a favor, apenas 49 contra e
18 abstenções. Com dez mem-
bros indicados pelo Congresso e
cinco pelo Governo, a Comissão
começará a funcionar dentro de
90 dias da promulgação da Cons-
tituição e terá prazo de funcio-
namento de um ano. A Comis-

são tem poderes para propor
qualquer redivisão no território
nacional, e mais especificamente
na Amazónia legal e "áreas pen-
dentes de solução". O Congresso
tem prazo de um ano para pro-
nunciar-se sobre o resultado de
seus trabalhos.

Outra proposta de redivisão
territorial rejeitada ontem foi a
do Deputado Francisco Rollem-
berg (PFL-SE), que anexava ao
Estado de Sergipe os municípios
de Jandaíra, Itapicuru e Rio
Real, hoje pertencentes à Ba-
hia.

O parecer de Cabral foi pela
rejeição e integrantes da banca-
da baiana fizeram questão de
encaminhar contra em nome de

seus partidos: Abigail Feitosa
(PSB), Fernando Santana (PCB),
e Haroldo Lima (PC do B). Tam-
bém ficaram contra a aprovação
os Líderes do PDT, PTB, PT e
PMDB.

Os textos aprovados pela
Constituinte estão no Caderno
de Classificados

BRASÍLIA — A forte pressão
do Governo do Estado, que de-
sembarcou em peso na Consti-
tuinte, garantiu ontem a derrota
da emenda que dividia Minas
Gerais, criando o Estado do
Triângulo Além do Governador
Newton Cardoso e de sua Vice,
Júnia Marise, a votação foi
acompanhada por nove Secretá-
rios de Estado, 20 Deputados es-
taduais e mais de 30 Prefeitos. O
movimento pela unidade conse-
guiu algo inédito: a reunião da
Oposição (PSBD e PFL) ao
PMDB de Newton Cardoso.

Antes mesmo da votação, o
Presidente da Associação Co-
mercial de Minas, Lúcio Souza
Assumpção, exibia o "Manifesto
à mineiridade", em comemora-
ção à derrota da emenda separa-
tista. Assumpção coordenou as
entidades civis contra a criação
do Estado do Triângulo, conse-
guindo reunir as Federações do
Comércio, da Agricultura e da

Indústria, sindicatos patronais e
de trabalhadores, intelectuais e
artistas, em um documento pu-
blicado no último fim de semana
e exposto em um enorme painel
montado no corredor que dá
acesso ao plenário.

Quando o Presidente da Cons-
tituinte, Deputado Ulysses Gui-
marães anunciou a votação da
matéria, o plenário já tinha sido
invadido pelos representantes
do Governo de Minas. Sentados
no fundo do plenário estavam a
Vice-Governadora, Júnia Mari-
se, e o Prefeito de Belo Horizon-
te, Sérgio Ferrara, cercados por
Deputados estaduais e Secretá-
rios de Estado. Os Constituintes
de Minas se concentraram em
frente da tribuna. O Governa-
dor Newton Cardoso, que antes
do início da sessão visitara Ulys-
ses e o Líder do PMDB, Ibsen
Pinheiro, acompanhou a votação
na sede da representação de Mi-
nas em Brasília.

•ujjlífli Ifi! :

<m m III IH i